

RADIOJORNALISMO E DEMOCRACIA: A COBERTURA ELEITORAL EM EMISSORAS ADMINISTRADAS POR POLÍTICOS

Luan José Uaz Chagas¹

RESUMO: O presente trabalho problematiza as relações entre os políticos que administram concessões de emissoras de radiodifusão no interior do Brasil, como Guarapuava e cobriram com suas redações de jornalismo, as eleições de 2014 no âmbito regional. Partimos da premissa que o período é carregado por questões como o debate qualificado em uma esfera pública permeada pelos interesses coletivos como parte da construção da democracia. As discussões são oriundas dos resultados sobre pesquisa de dissertação desenvolvida em quatro emissoras de Guarapuava, interior do Paraná olhando para a construção da notícia e a presença do interesse público como Valor Notícia de Referência Universal dentro da cobertura eleitoral. Foram analisados quatro programas de emissoras de radiodifusão onde os dados coletado durante o ultimo mês de campanha mostraram alinhamentos entre as concessões e suas redações de jornalismo e os interesses eleitorais dos grupos políticos da região.

PALAVRAS-CHAVE: *Radiojornalismo; Eleições; Esfera Pública.*

ABSTRACT: This paper discuss the relationship between politicians who run broadcasters concessions within the country, as Guarapuava and covered with their journalism, the 2014 elections at the regional level. We start from the premise that the period is carried by issues such as the quality debate in a public sphere permeated the collective interests as part of the construction of democracy. Discussions are from the results of dissertation research developed in four stations of Guarapuava, Paraná state, looking for the news

¹ Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

and the presence of the public interest as Universal Reference News Value within the election coverage. We analyzed four programs broadcasters where the data collected during the last month of the campaign showed alignments between concessions and their journalism newsrooms and electoral interests of the political groups in the region.

KEYWORDS: *Radio Journalism; Elections; Public Sphere.*

INTRODUÇÃO

O reconhecimento dos processos jornalísticos no meio rádio é um objeto de estudo que tem ganhado os mais diversos aprofundamentos nas últimas décadas. Suas vertentes teóricas passam de discussões sobre os gêneros (FERRARETO, 2001; PRADO, 1989; ORTRIWANO, 2008; MEDITSH, 2001) e formatos (BARBOSA FILHO, 2003), regionalizações (PRATA, 2011) até suas ligações históricas (PRADO, 2012); e políticas (HAUSSEN, 1997), e as novas configurações com a internet e os dispositivos móveis (LOPEZ, 2010; KISCHINHEVSKY, 2009b). As emissoras atualizam-se no seu dia a dia e entram nas casas, carros, celulares, computadores e outras plataformas de milhares de brasileiros com entretenimento, música e, claro, informação.

O estudo está inscrito em um contexto social onde as quatro emissoras analisadas possuem ligações com grupos políticos tradicionais, seja pelo domínio das concessões ou então pela compra de horários determinados para a disseminação de seus conteúdos. Nas concessões, quatro programas foram analisados durante a cobertura eleitoral de 2014. Foram coletados áudios de quatro programas informativos durante os 33 dias de veiculação do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Partimos do pressuposto que é no tempo da política (CERVI, 2013) que a cobertura dos meios de comunicação se intensifica e os próprios candidatos possuem um meio massivo para a divulgação de propostas junto aos eleitores.

Com isso, os programas escolhidos foram o “Cidade Fala” veiculado na Rádio Guairacá 92 FM, de posse do ex-prefeito da cidade de Guarapuava Fernando Ribas Carli (1989-1992 e 2005-2012); “Lobo Notícias” da Exclusiva ou Cacique AM 760, registrada no nome de Adriane Aparecida Colman e Alberto Reich, cunhados do ex-prefeito Carli; “Combate” da Difusora AM 1250, de posse do deputado estadual

Artagão de Mattos Leão Júnior (PMDB com mandato de 2003 até 2018) e Cultura AM 560, pertencente à Fundação Nossa Senhora de Belém (DONOS DA MÍDIA, 2011).

O artigo tem o objetivo de discutir os resultados da pesquisa no âmbito do mestrado que culminaram na dissertação “Jornalismo e Esfera Pública: A cobertura eleitoral de 2014 pelas emissoras de radiodifusão de Guarapuava”. A problematização envolve as concessões administradas por políticos com interesse no período e o exercício do radiojornalismo em ambientes regionais que se voltam a um público de mais de 400 mil pessoas como a região central paranaense, essencialmente rural e que possuem no rádio uma de suas principais portas de acesso à informação.

IMPERATIVO ÉTICO FUNDANTE DO JORNALISMO E AS CONCESSÕES PÚBLICAS

A pesquisa voltada à cobertura jornalística em períodos eleitorais é submetida a diversos questionamentos pelo peso das forças que participam do processo de convencimento da Opinião Pública (HABERMAS, 2003b). Neste momento, o jornalismo recebe pressões para a escolha e a publicação de determinados fatos, acontecimentos e discussões em torno das políticas públicas, do perfil dos mais diversos candidatos e as propostas para a solução de problemas encontrados. Aspectos determinantes que se juntam a fatores de reconhecimento dos diversos acontecimentos sociais e suas caracterizações para a construção da notícia (ALSINA, 2009).

Em alguns casos, temas polêmicos como o aborto, a redução da maioria penal ou então a política externa, estão a todo o momento pautando a cobertura. O debate se estende às demandas das cidades, regiões e Estados, numa relação globalizada entre os grandes centros, a cidade e o interior (MOREIRA; DEOLINDO 2013). Neste sentido, o jornalismo tende a ser reforçado como uma das principais portas de acesso à informação com formatos que preencham o anseio dos eleitores para que discutam sobre qual o melhor projeto que está em pauta na sociedade.

O rádio, em condições normais, não pode ser apenas instrumento de proselitismo político, de pregação ideológica – por mais que reconheçamos que a ideologia esteja presente em todos os setores de atividade. Não podemos imaginar o ouvinte sendo submetido à ‘doutrinação’ diuturnamente.

Este caminho por certo levaria à elaboração de mensagens ‘pesadas’, extremamente “chatas” e cansativas (ORTRIWANO, 2008, p. 67)

A partir da definição do conceito de Esfera Pública como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões” (HABERMAS, 2003a, p.92), o estudo parte do princípio de que para condições de igualdade de vozes, a situação de fala de quem administra um meio de comunicação é diferente daqueles que ouvem, ou atuam socialmente. A busca por fazer-se ouvir se dá pelo mundo da vida, pelas estratégias do cotidiano em pautar estes meios ou, a partir das lutas sociais, levantar o discurso contra os interesses majoritários. Os dados podem ser vistos nos dois momentos da teoria habermasiana, no âmbito da construção e formação da opinião, no sentido de se tratar e trabalhar a comunicação a partir da fabricação de consensos e também pela proposta da Teoria da Ação Comunicativa, em que toda a comunicação gera uma ação e parte da defesa dos interesses de determinados grupos (HABERMAS, 2003a).

Segundo o projeto Donos da Mídia, ligado ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), os dados relativos aos políticos que exercem mandatos até o ano de 2014 revelam um número de 271 sócios ou administradores em 324 veículos, que nos mais diversos cargos, do executivo, legislativo ou então ex-prefeitos, ex-governadores comandam ou são sócios de um meio de comunicação na atualidade. Com base neste levantamento e na lista do quadro societário do Ministério das Comunicações, se consideram somente os políticos que exercem ou exerceram um mandato público ou que tenham parentes em alguma esfera de poder.

O jornalismo, enquanto profissão e fonte de pesquisa, passa por uma série de discussões necessárias antes da problematização sobre o exercício do radiojornalismo, sua produção no interior e as temáticas políticas na Esfera Pública. Segundo Neveu (2006), a atuação do jornalismo em ambientes democráticos não garante uma imprensa livre e democrática, que respeite a pluralidade de fontes e leve aos ouvintes informações que contribuam com o dia a dia do cidadão.

A consideração do autor também abrange os aspectos profissionais e leva ao questionamento sobre a presença de jornalistas com formação acadêmica e que atuam no radiojornalismo guarapuavano. Numa rápida busca pelo número de profissionais com o diploma de jornalismo, foi possível chegar ao número de três jornalistas atuando

na Rádio Cultura AM, entre as quatro emissoras que fazem parte do objeto de estudo. Em alguns casos, os locutores, como é o registro oficial nas carteiras profissionais, são incumbidos de produzir, pautar, editar e colocar no ar as informações que apuram (FERRARETTO, 2001).

Meditsch (2001) aponta o rádio informativo como um dos principais meios de contraposição de ideias, da orientação das massas urbanas e de levar aos mais diversos pontos, a mediação regional que o jornalismo pode proporcionar enquanto construção de conhecimento. Kischinhevsky (2012) argumenta que diante do cenário de tantas mudanças, é preciso ir além dos limites radiofônicos e debater questões alinhadas a estratégias de linguagem e circulação, do produto que é levado ao ar e os diversos interesses presentes em determinadas coberturas.

É notório também que rádio informativo sofreu uma série de transformações ao longo dos anos, principalmente na produção jornalística, moldando a sua especificidade e a própria presença do jornalista no palco dos acontecimentos, no local da ação (MEDITSCH, 2001). Mais recentemente, Lopez (2010) argumenta que com as diversas mudanças, o jornalista em uma emissora possui atualmente um caráter multitarefa em sua produção, aliando a apuração da reportagem a outras atividades, como a edição dentro de sua rotina.

A função mediadora que o jornalismo assume - entre os diversos discursos produzidos na sociedade e o seu público - faz com que processe e absorva em seu conteúdo, os atos de fala de diferentes atores sociais. O gênero jornalístico é fortemente marcado pela intertextualidade e seus enunciados caracterizados, quase sempre, por um sentido polifônico: raramente é apenas o jornalista que fala, normalmente mescla sua fala com discursos de outrem que reproduz. No rádio, a intertextualidade polifônica do discurso jornalístico encontrou a sua forma atual de expressão, numa segunda fase da história do meio, com a universalização do uso do telefone e da gravação magnética. (MEDITSCH, 2001, p. 188)

“Aqui o que você ouve tem credibilidade”. O slogan da Rádio Cultura AM 560, aqui estudada por meio do programa “Assunto é Notícia” é um relato claro da busca do imperativo ético fundante do jornalismo: levar a realidade dos fatos e atingir a credibilidade social (GUERRA, 2008). Ater-se ao real na subjetividade jornalística do cotidiano, segundo o autor, é parte de um contrato com o próprio receptor/leitor/ouvinte/telespectador que cobra isso constantemente. Essa relação de

reciprocidade pesa a própria expectativa que a sociedade possui quando procura o jornalismo para buscar informações. Por outro lado se insere na teoria construcionista que, com base na sociologia do conhecimento, validam os conhecimentos produzidos pelo homem, como por exemplo, as notícias (idem, 2008).

A partir das considerações em torno da cobertura eleitoral e a presença do jornalismo, volta-se aos critérios durante o processo de produção com o foco sobre o interesse público (GUERRA, 2008). Nem todas precisam obviamente contemplar o atendimento às coletividades, como “foco central”. Para isso, é necessário respeitar algumas situações: 1) fatos que atingem a coletividade, a maioria da população e a interferência na vida social, como por exemplo, os aspectos condizentes à vida pública; 2) fatos que atingem uma única pessoa, desde que exercendo ou deixando de cumprir algum dever de cidadão; 3) fatos que afetem indiretamente a vida social até mesmo inusitados, mas que possam em algum momento provocar riscos à aos direitos pessoais.

Ao afirmar o interesse público como Valor-Notícia de Referência Universal, está-se afirmando que ele se constitui numa expectativa necessária da audiência, por um lado, e um atributo necessário da notícia, por outro. Podem ser apontadas três razões para isso: a) a informação jornalística se constitui em uma das mais importantes fontes de acesso ao direito à informação dos cidadãos; b) ela contribui para a formação da agenda de temas sobre os quais os cidadãos irão discutir e formar suas próprias convicções em relação às mais diversas esferas da vida social; e c) ela é potencialmente geradora de “impacto público”, isto é, provoca consequências práticas na vida das pessoas, independentemente de elas serem ou não parte da audiência real de uma dada organização jornalística (GUERRA, 2010a, p. 9).

O jornalismo possui um papel fundamental na orientação das massas e a construção social do conhecimento, para isso necessita de estudos aprofundados sobre o produto, olhando tanto para o profissional, como para o conteúdo a partir de suas escolhas, como a pluralidade de fontes e a presença da sociedade civil como um todo nas novas práticas interativas sonoras (KISCHINHEVSKY, 2012).

Segundo Zucoloto (2004), mesmo com a modernização do rádio ao lado de outras mídias, grande partes das programações não atendem a demanda social por informação democrática e plural. A função social é demarcada por formatos estagnados no sistema capitalista, e que segundo a autora, possuem condições de atender a demandas locais por informações, agindo na contrariedade do volume de produção noticiosa dos últimos anos.

COBERTURA ELEITORAL E RADIOJORNALISMO EM GUARAPUAVA

A análise que envolve a relação entre o exercício do radiojornalismo em emissoras regionais, como é o caso de Guarapuava e a utilização do temário (ALSINA, 2009) por parte dos políticos a partir das concessões públicas é parte de um estudo complexo e necessário em ambientes democráticos. Para isso, compreende-se que as vozes sociais abordadas durante as quatro programações refletem escolhas jornalísticas, critérios de noticiabilidade encontrados durante o período (WOLF, 1987). Também, como parte das vozes sociais, o contexto das redações e sua produção, as empresas, sua estrutura política e sua influência no seio social de uma esfera pública é necessário reconhecer o papel destes produtos jornalísticos como formadores de opinião em ambientes regionais como Guarapuava (MOREIRA; DEOLINDO, 2013).

O protocolo é de uma análise quanti-qualitativa e se dá a partir da coleta dos áudios dos quatro programas durante o período de veiculação do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Partimos do pressuposto de que é no “tempo da política” (19 de agosto a 2 de outubro de 2014) que a disputa ganha também os meios de comunicação com mais força, quando os próprios candidatos têm um momento específico para exporem suas ideias no rádio, na televisão e na internet.

Para o cumprimento dos objetivos e a discussão sobre a esfera pública a partir dos dados coletados nos quatro programas, apresentam-se aqui os resultados obtidos após a análise dos áudios enquadrados nas categorias. Os critérios para a coleta são embasados na teoria pertinente voltada ao radiojornalismo, à política e a formação da opinião pública na região de Guarapuava, enquanto parte de uma esfera pública política. Antes da coleta, são ressaltadas algumas informações relativas ao contexto da cidade e de como as emissoras fazem parte deste processo.

Uma das principais mostras, nas quatro emissoras é de que o potencial jornalístico de um dos principais meios regionais e locais como o rádio se torna instrumento de influência sobre a opinião pública, e de proselitismo político, quando administrado por políticos concorrentes em períodos eleitorais. “Se não sai nos meios de comunicação, não é verdade, não existe” (OGANDO, 2015, p. 24). Esta premissa que é

reforçada pelos critérios e seu papel enquanto instituição informativa apresentada em Guerra (2008) destaca o ponto estratégico dos meios em selecionar os acontecimentos públicos e mediar a representação institucionalizada e objetivada. Uma tarefa ritualizada que sofre os constrangimentos do poder político em Guarapuava, mas que não deixa de ser a realidade em diversos pontos do país, como apresentado pelos dados do Ministério das Comunicações no Projeto Donos da Mídia.

Por outro lado, são estes meios que levam ao reconhecimento de um espaço social e de uma esfera pública politicamente ativa no ambiente democrático. A sobrevivência do rádio como um meio rico para chegar aos mais diversos pontos de uma cidade ou região, precisa convergir com o interesse dos cidadãos e suas ânsias comunicativas. Ogando (2015) argumenta que por mais que as empresas de comunicação emitam fluxos de suas próprias estratégias de poder, pensar em alternativas democráticas no acesso às concessões, é reconhecer que a manutenção da cidadania necessita dos meios para o acesso à informação e aos debates sociais.

Os quatro radiojornais (“Assunto é Notícia”, “Lobo Notícias”, “Cidade Fala” e “Combate”) apresentaram dados relativos à utilização com fins eleitorais das concessões e do jornalismo praticado pelas emissoras. Se Guerra (2008) afirma que levar a realidade dos fatos a partir de uma série de critérios e atingir a credibilidade social é um imperativo ético fundante do jornalismo, é passível de crítica o que é praticado em Guarapuava. Para Habermas (2012), a ação dramatúrgica dos grupos que dominam os meios de comunicação ou possuem relações com instituições com vistas ao interesse leva a instrumentalização do jornalismo destas emissoras.

A temática não é definida com base no que Alsina (2009) afirma com relação aos fenômenos externos aos sujeitos, mas sim naquilo que interessa ao grupo que está no poder ou na oposição. É o caso das emissoras Cacique AM 760 e 92 FM que definem a roteirização de notícias ou temário pelos ouvintes que ligam e constroem a pauta, em alguns casos, de todo o radiojornal. Em outros casos, como a utilização dos materiais de agências e assessorias, a produção se torna resultado dos meta-acontecimentos organizados estrategicamente pelos próprios grupos políticos.

Com abordagens direcionadas e interessadas a formar a opinião do público dentro de uma ação dramatúrgica, que reflete os interesses dos grupos políticos, o radiojornalismo – que segundo Meditsch (2001) é um dos principais meios de contraposição de ideias – não releva ao Valor Notícia de Referência Universal, o interesse público (GUERRA, 2010b), uma prioridade para a sua produção. Neste

sentido, o próprio jornalismo como peça fundamental da democracia enfraquece a rede de comunicação entre os grupos no momento eleitoral, pensada aqui como Esfera Pública.

Também para o estudo sobre a linguagem do radiojornalismo guarapuavano, dentro dessa perspectiva de sua inserção na esfera pública, um dos principais dados que dizem respeito à profissionalização e busca por um produto aprofundado são relacionados à produção interna ou externa. Os programas “Assunto é Notícia” e “Cidade Fala” tiveram uma proporção maior de materiais apurados dentro de suas redações, caso que não aconteceu com “Combate” e “Lobo Notícias” (Tabelas 1 e 2). Uma das causas é o fornecimento de materiais já prontos pela Polícia Militar, no âmbito da editoria de segurança, e das assessorias dos parlamentares Artagão de Mattos Leão (PMDB) e Bernardo Ribas Carli (PSDB), respectivos proprietários das emissoras Difusora AM 1250 e Cacique AM 760. Nos dois casos, o número de materiais oriundos da Agência Estadual de Notícias também é alto, demonstrando o interesse do Governo do Estado nos espaços, que possuía o candidato Beto Richa (PSDB) concorrendo à reeleição.

A partir disso, é possível pensar na ação estratégica dos meios de comunicação em alinhar suas programações jornalísticas ao interesse de grupos específicos, como já citados a Prefeitura da Cidade (no caso do programa “Assunto é Notícia”) e do Governo do Estado ao lado dos deputados (no caso dos programas “Combate”, “Lobo Notícias” e “Cidade Fala”). O impacto na esfera pública destes grupos é dinâmico, complexo e com diferentes relações. A sociedade civil organizada, por exemplo, foi uma fonte somente na última semana de campanha eleitoral durante a cobertura do “Assunto é Notícia” sobre o Plebiscito pela Reforma Política. Porém, ao lado das lideranças ainda foram transmitidos boletins produzidos pela administração municipal, Governo do Estado e entrevistas com líderes políticos, como o chefe da casa civil estadual, como mostra o gráfico de fontes, onde a prefeitura, que possuía acordos comerciais com a emissora da Igreja Católica é predominante como mostra o Gráfico de fontes. O prefeito da cidade, Cesar Silvestri Filho, tinha no período a mãe, Cristina Silvestri (PPS) como candidata a deputada estadual.

Tabela 1: Produção Lobo Notícias	
Própria	Externa
98	101
De quem?	
Polícia Militar	40
Governo do Estado	36
Sites Climatologia	15
Jornais impressos	3
Websites	2
Assessoria Ministério Público	1
TSE	1
Ibope	1
Corpo de Bombeiros	1
Sindicato Jornalistas	1
Fonte: Áudios coletados do programa “Lobo Notícias” da Cacique AM 760	

Tabela 2: Produção Combate	
Própria	Externa
86	136
De quem?	
Governo do Estado	58
Polícia Militar	31
Sites Climatologia	24
Web Sites	8
Jornais impressos	4
Assessoria Ministério Público	2
TV Globo	2
Agência Sesc	2
Agência Brasil	1
Polícia Rodoviária	1
Ibope	1
Assessoria Câmara Municipal	1
Caixa Econômica Federal	1
Fonte: Áudios coletados do programa “Combate” da Difusora AM 1250	



Fonte: Áudios coletados do programa “Assunto é Notícia” da Cultura AM 560

Ainda neste sentido, a análise dos dados compreende um material a ser pensado em suas práticas no radiojornalismo de Guarapuava e o que ele representa para o contexto regional. Nos quatro casos, durante toda a cobertura eleitoral, o número de formatos, onde predomina a nota, mostra também o enfraquecimento da própria estrutura jornalística das empresas, com poucos profissionais em detrimento da produção necessária em reportagens aprofundadas durante o período. Isso continua a ser acompanhado na escolha das fontes, onde predominam as parcerias políticas e socioeconômicas. O que preocupa é entre estes pontos, a instrumentalização e utilização não somente das concessões, mas do próprio jornalismo, do tratamento da informação a rigor dos grupos que comandam as emissoras, e a frequência de temas abordados na editoria de política. Ou seja, a esfera pública é tematizada por materiais que abordam situações do ambiente político da sociedade guarapuavana, mas nas condições delimitadas e definidas nas linhas editoriais dos grupos.

Em todas as emissoras as estratégias de linguagem – formatos – e os diversos interesses – fontes – durante a cobertura eleitoral refletem os alinhamentos, também políticos, que levam aos ouvintes escolhas programadas pelo meio e pelas redações. Essa postura, a qual Kischinhevsky (2012) ressalta a necessidade de estudos, submetem ao público alianças e interesses privados aos administradores das concessões. Esse é o caso da Cultura AM 560 com a Prefeitura, ou então as outras três emissoras com o Governo do Estado.

A “refeudalização”, que define Habermas (2003b), com o exemplo dos senhores feudais, que utilizavam da terra que deveria ser um bem público enquanto posse privada nasce no próprio jornalismo que foge de bases éticas e sociais para servir de palanque aos interesses organizados. A influência dos acertos políticos e econômicos é algo presente na pauta das redações radiofônicas aqui estudadas. Quando não possuem uma cobertura policial, como é o caso do “Cidade Fala” e “Assunto é Notícia”, prioritariamente o ambiente noticioso é tomado por informações, na editoria de política, com abordagens acríticas e muitas vezes favoráveis ao interesse de grupos aliados ao administrador da concessão. Isso revela os efeitos das relações de poder entre quem possui interesse nos cargos públicos e nos meios de comunicação.

Uma discussão antes de tudo ética se forma neste questionável ambiente vivenciado pelos próprios meios de comunicação. Qual a postura de um jornalismo que cobre um período eleitoral e ao mesmo tempo é comandado por quem disputa o

processo? A isenção parece não existir em algumas abordagens, ou ao menos, a escuta de diferentes fontes para aprofundar os assuntos.

Algo que se repete em notas, reportagens e outros formatos nas emissoras políticas. No caso do programa “Cidade Fala”, são as notas oriundas do próprio site do candidato Bernardo Ribas Carli (PSDB) que abastecem o radiojornal nas últimas semanas sobre assuntos como pavimentação e direcionamento de políticas públicas para a região. Os dados também levam a discutir a roteirização ou o processo de produção das notícias que sofre interferências.

O jornalismo então carrega o potencial de tematizar e pôr sobre o centro de atenção da sociedade alguns assuntos de interesse da coletividade no período eleitoral (ALSINA, 2009). As pavimentações, segurança pública e ações do Governo do Estado e até mesmo o interesse em mostrar a ação dos deputados e da prefeitura pautaram os quatro radiojornais, influenciando a opinião pública a partir das tomadas de posição de cada grupo. As manifestações emitidas por esses grupos com o interesse pela tematização jornalística possuem o objetivo de formar a opinião do grupo ao qual estão se referindo, neste caso, o ambiente regional de Guarapuava. Por isso a necessidade de temas que sejam resultados de controvérsias, de diferentes argumentos necessários dentro do jornalismo ancorado na pluralidade de fontes (GUERRA, 2008).

É a partir disso, diante dos dados da cobertura que se relaciona três pontos fundamentais na produção jornalística em ambientes regionais no contexto político: a) a necessidade de ouvir os mais diversos grupos da sociedade civil organizada, para além dos já institucionalizados políticos que disputam cargos no período eleitoral e possuem o HGPE como instrumento de comunicação massiva; b) o ambiente democrático que possui o jornalismo como um dos pilares de debates sobre a influência no período eleitoral; e c) a necessidade da regulamentação das concessões e melhorias na própria prática jornalística, com vistas a garantir a pluralidade de vozes e a liberdade profissional necessária dentro dos meios.

Sobre as abordagens que reflitam ou interessem aos diversos grupos sociais, voltamos ao conceito de Sociedade Civil Organizada, que segundo Habermas (2003a) representa o núcleo de associações e organizações livres que ancoram questões do mundo da vida como opções de lutas discursivas. Para o autor, esses grupos são capazes de institucionalizar discursos que levam a solução de problemas cotidianos da população. Quando o jornalismo aborda essas questões, obviamente, a tematização de assuntos de interesse público pode chegar ao ambiente político, levando a uma esfera

pública que sintetize os debates e transforme em ações, as necessidades de um todo. Essa relação é exposta pela análise das fontes que foram destacadas nos quatro radiojornais, ainda em sua maioria oficiais ou institucionais. E mesmo quando a população é ouvida, ela não se enquadra na contextualização de reportagens, mas em entradas ao vivo direcionadas a criticar esta ou aquela administração.

Como parte desse processo, ao levar as imagens do jogo eleitoral durante sua cobertura regionalizada, o jornalismo torna-se parte da democracia deliberativa, sendo também objeto discursivo de formação pública da opinião. A proposta, segundo defende Habermas (2003a), segue a possibilidade dos cidadãos tomarem decisões na sociedade democrática por meio de deliberações, como é o caso do voto. Porém, de acordo com Faria (2000, p.49), o autor reconhece que somente essa possibilidade de escolher os representantes não seria suficiente para a manutenção de um estado de direito, sendo necessário discutir o processo de legitimação das decisões e dos “pressupostos comunicativos da formação democrática da opinião”. Esse sistema pode, por meio de procedimentos e condições de comunicação, direcionar decisões tanto do conjunto da sociedade, como das próprias decisões administrativas.

Ao pensar a importância deste impacto na esfera pública e na tomada de decisões, volta-se ao debate sobre a crise ética e profissional pela qual passam os meios de comunicação (GADINI, 2014), como também pela necessidade da produção noticiosa como fenômeno reflexivo, indicativo e como recurso da ação social (TUCHMANN, 1983). É possível argumentar a partir disso, que em uma sociedade que tem a democracia como uma de suas principais bases, a instituição de decisões deliberativas pelo poder administrativo é resultado, em partes, também da formação pública da opinião coletiva. Com isso, evidencia-se que além de tomar as decisões no âmbito administrativo do Estado, os políticos conseguem formá-la pelos meios de comunicação e convencer a população de suas ações (HABERMAS, 2003a).

Diante disso, o cenário é exposto em dois movimentos, um acerca dos dados sobre as concessões, a produção jornalística e o volume apresentado pelos quatro radiojornais durante o período eleitoral; e em um segundo, como este volume de informações e produções jornalísticas impactam ou podem impactar a esfera pública, formar a opinião e ouvir os mais diversos entes sociais. Parte-se do argumento de que essas duas situações geram influências sociais, sejam elas na escolha do voto, enquanto componente de uma democracia deliberativa ou até mesmo nas ações de um determinado governo.

Reconhecer tal situação é voltar-se para a comunicação também no sentido de cobrar das esferas administrativas e políticas, ações de regulamentação do acesso às concessões. Moreira (1998) argumenta que somente o governo Sarney foram 1.028 concessões de AM e FM direcionadas para políticos, se tornando o período histórico em que mais foram distribuídas emissoras e canais de televisão a mandatários de cargos no congresso nacional. A situação reforça a necessidade de regulação e fiscalização por parte do Governo Federal quanto à utilização de meios de comunicação de massa como palanques eleitorais.

É visível também, nos dados relativos aos formatos, à produção própria e externa e também na forma de abordagem das emissoras durante o período, uma necessidade de profissionalização do meio rádio na região de Guarapuava. As condições de trabalho, ausência de jornalistas, aliada ao cenário de concentração e controle político, religioso e econômico indicam situações a serem revistas no meio regional (GADINI, 2014). Somente o desenvolvimento e conteúdos aprofundados e com o interesse público como um valor notícia de referência universal, que será possível impactar a esfera pública com um radiojornalismo ético e responsável profissional e socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada a partir da coleta durante os 33 dias de cobertura eleitoral nas quatro emissoras demonstrou uma ausência de debates qualificados na produção jornalística na esfera pública política de Guarapuava. Houve, durante este período, uma ausência de diversidade nas fontes, formatos e na própria produção jornalística interna e externa de redações, que com estruturas pequenas, ainda dependem de materiais pagos e fornecidos por agências e assessorias estatais. Para além do movimento quantitativo, a construção temática foi restrita a uma ótica definida pelas linhas editoriais, com fontes ligadas aos proprietários das concessões, influenciando a opinião pública a partir de uma instrumentalização dos debates sociais do momento das eleições.

Percebeu-se durante este processo, a falta de um debate aprofundado nos materiais jornalísticos oferecidos pelas emissoras. A preferência pelo interesse público como valor da notícia de referência universal e a atuação com a diversidade de fontes necessária ao jornalismo não foram encontrados nos produtos veiculados. Algo que surge como consequência da administração política de uma concessão pública com

exercício privado que interfere e influencia na estruturação de uma esfera pública discursiva e permeada pelas discussões sociais do processo eleitoral.

Essas premissas são necessidades inerentes ao exercício de um radiojornalismo regional que influencia diretamente na formação da opinião pública. A produção noticiosa segue um roteiro ainda ditado por poucos profissionais em condições precárias nas quatro emissoras guarapuavanas analisadas. O fato de termos apenas três jornalistas atuando durante a cobertura eleitoral na emissora Cultura AM 560 é uma mostra do porque da diversidade de formatos e o número de produções internas durante o período para o programa “Assunto é Notícia”. Mesmo assim, a linha editorial de uma emissora administrada pela Igreja Católica deu preferências a acordos econômicos firmados com a Prefeitura Municipal em fontes e materiais utilizados por meio da assessoria de imprensa.

A falta de dinamicidade dos materiais veiculados, com entrevistas que inclusive ultrapassam os 30 minutos de duração com um único personagem aliado do grupo político também é o resultado de apenas dois profissionais atuando na cobertura. Neste caso, um radialista e um repórter são responsáveis pela seleção, edição e apresentação de notas, boletins, reportagens e outros materiais. A busca pelo impacto na esfera pública é claramente uma ação instrumental com vistas à formação de uma opinião que siga os interesses veiculados pelo grupo político, sem qualquer debate ou reflexão aprofundada sobre o caso.

A mesma situação está nos programas “Cidade Fala” da 92 FM e “Lobo Notícias” da Cacique AM, apresentados pelos mesmos âncoras. Sem repórteres de rua ou produções externas, os áudios coletados durante a cobertura destacam o objetivo claro de se utilizar dos programas durante o contexto eleitoral. No caso do primeiro, veiculados nas manhãs da emissora em Frequência Modulada, o programa foi retirado do ar logo após o final das eleições. Situações como essa são resultados do proselitismo político e do reconhecimento por parte dos grupos políticos da importância dos formatos jornalísticos junto ao público.

Em cidades como Guarapuava, o rádio é uma das principais portas de acesso à informação, seja nos bairros próximos das ações urbanas de uma prefeitura, ou então no interior, formado em sua grande maioria por agricultores familiares. Infelizmente, a situação apresentada nos dados ainda demonstra uma instrumentalização, como resultado antes de tudo de um sistema que facilitou ao longo de sua história o acesso a concessões públicas por parte de políticos e igrejas, desrespeitando a legislação

específica e que carece de uma fiscalização aprofundada do Ministério das Comunicações, principalmente no período eleitoral. Por outro lado, ainda voltado a este meio, é inestimável o papel que o rádio cumpre em todo país. O potencial intelectual, de formação do conhecimento e de chegar a diferentes pontos nos âmbitos regionais é parte também de sua inserção social.

Cada radiojornal em sua especificidade demonstrou ligações diretas com os candidatos no momento eleitoral. A partir do número de fontes ouvidas em cada formato veiculado pelas emissoras, foi possível perceber a influência da família Silvestri e sua candidata Cristina Silvestri (PPS) nas abordagens do programa “Assunto é Notícia” da Cultura AM 560. No caso do candidato reeleito Artagão de Mattos Leão Júnior (PMDB) na Difusora AM 1250 e Bernardo Ribas Carli (PSDB) nas Cacique AM 760 e 92 FM. Ao lado destes nomes, o consenso entre os três foi o candidato ao governo Beto Richa (PSDB) que por meio da Agência Estadual de Notícias ou pessoalmente se fez presente com as ações governamentais durante a programação no período eleitoral.

Essa instrumentalização tem um impacto direto na esfera pública e na consequente formação da opinião durante o momento na região de Guarapuava. Os grupos familiares oligárquicos se utilizam de diversas estratégias para a conquista do voto, entre elas a utilização dos meios de comunicação e, mais especificamente, do próprio jornalismo produzido dentro das emissoras. O resultado, para além das urnas, está nas decisões de uma região, na escolha do voto dos moradores de um bairro ou uma comunidade rural e até mesmo nas decisões administrativas, que em uma sociedade democrática prevalece a vontade coletiva como consequência de uma opinião pública.

Os resultados também levam a uma reflexão essencial sobre a formação e produção no radiojornalismo. Após esta regulação estatal, voltamos ao argumento sobre a necessidade de melhorias no que é levado ao ar cotidianamente, priorizando o interesse público e a formação de uma opinião qualificada pelos debates sociais da esfera pública. Há também, neste percurso, a responsabilidade da formação dos novos jornalistas, para que enxerguem no rádio possibilidades de progresso profissional e pessoal na manutenção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da Notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BARBOSA FILHO, André. *Gêneros Radiofônicos: os formatos e os programas em áudio*. São Paulo: Paulinas, 2003.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. *Metodologia quantitativa em pesquisas sobre cobertura jornalística: análise da eleição municipal de 2012 na Folha de S. Paulo*. Revista Famecos, Mídia, Cultura e Tecnologia. Volume 20, n.3. Porto Alegre: 2013, p. 840-865.

FARIA, Cláudia Feres. *Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman*. Lua Nova, São Paulo 2000, n.50, p.47-68. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a04n50.pdf> Acesso em junho de 2015.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Sagra Suzzato, 2001.

GADINI, Sergio. *Crise de modelos, adaptações tecnológicas e desafios do campo jornalístico*. Campos Gerais, 2014.

GUERRA, Josenildo Luiz. *O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística*. São Cristóvão: UFS, 2008.

GUERRA, Josenildo. *Sistema de gestão da qualidade aplicado ao Jornalismo: uma abordagem inicial*. In: Debates CI Unesco, nº 5, 2010a.

GUERRA, Josenildo. *Sistema de gestão de qualidade aplicado ao jornalismo: possibilidades e diretrizes*. In: E-Compós, Brasília, v. 13, p. 1-16, 2010b.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. 2. Ed. Trad.: Flávio Beno Siebeneichler. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v.1.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. *Cultura da portabilidade Novos usos do rádio e sociabilidades em mídia sonora*. Observatorio Journal, 8, 2009b.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. *Rádio social Uma proposta de categorização das modalidades radiofônicas*. In: Nélia del Bianco. (Org.). *O Rádio Brasileiro na Era da Convergência*. São Paulo: Intercom, 2012.

LOPEZ, Debora Cristina. *Radiojornalismo hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio allnews brasileiro em um contexto de convergência tecnológica*. Covilhã: UBI/LabCom Books, 2010.

MEDITSCH, Eduardo. *A Rádio na Era da Informação – Teoria e técnica do novo radiojornalismo*. Florianópolis: Insular, 2001.

MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio Palanque - fazendo política no ar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

MOREIRA, Sonia Virgínia; DEOLINDO, Jaqueline da Silva. *Mídia, cidade e interior*. Contemporânea (Rio de Janeiro), v. 11, p. 19-30, 2013.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.

OGANDO, Luis Antonio. *Espacio público, médios y relaciones comunicativas entre ciudadanos y poderes públicos*. In: RENÓ, Denis; HERMIDA, Marcelo Martinez; CAMPALANS, Carolina. *Medios y opinión pública*. Bogotá: Universidad Del Rosario, 2015.

ORTRIWANO, Svetlana Gisela. *De Brecht aos (des)caminhos do radiojornalismo*. In: MEDITSCH, Educardo; ZUCOLOTO, Valci. (Orgs.). *Teorias do rádio: textos e contextos*. V.2. Florianópolis: Insular, 2008, p. 57-68.

PRADO, Emilio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gili, 1983.

ZUCULOTO, Valci R. M. *As perspectivas do rádio na sociedade da informação: reflexões sobre a programação das emissoras públicas*. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004, Porto Alegre.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.